UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
NÚCLEO DE GESTÃO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E NO MÉXICO NO SÉCULO XXI

LARINE RIBEIRO ALBERTINO

Caruaru
2015

LARINE RIBEIRO ALBERTINO

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E NO MÉXICO NO SECULO XXI

Monografia elaborada pela acadêmica Larine Ribeiro Albertino, como exigência do curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Glaudionor Gomes Barbosa

Caruaru

2015

Catalogação na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

A334e Albertino, Larine Ribeiro.
Desigualdade de renda no Brasil e no México no século XXI. / Larine Ribeiro Albertino. - Caruaru: O Autor, 2015.
43f. ; 30 cm.

Orientador: Glaudionor Gomes Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. . 2. Desigualdade de renda - Brasil. 3. Desigualdade de renda - México. 3. Distribuição de renda. I. Barbosa, Glaudionor Gomes. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-276)

Universidade Federal de Pernambuco

Centro Acadêmico do Agreste

Departamento de Economia

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:

LARINE RIBEIRO ALBERTINO

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata Larine Ribeiro Albertino **APROVADA.**

Caruaru-PE, 04 de Dezembro de 2015.

_____

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa

Orientador

_____

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

UFPE/CAA

_____

Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte

UFPE/CAA

Dedicatória

Dedico esta monografia aos meus pais, Zenilda Ribeiro de Lemos e José Claudio Albertino, por sempre me apoiarem em todas as etapas de minha vida, especialmente pela paciência e a atenção que me dedicaram. A meu irmão, Layon Ribeiro Albertino, pelo incentivo e apoio. E não menos importante, a Diego Henrique Rodrigues Gomes, pelo seu carinho e paciência, e por me encorajar durante a jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Professor Glaudionor Barbosa, meu orientador, por me encorajar a realizar esta pesquisa, pela confiança e sugestões. Para a elaboração deste trabalho algumas pessoas foram importantes, em especial Renata Barbosa e Leonildo Carlos, meus companheiros acadêmicos.

Sou grata a todos os meus colegas de curso que apoiaram minha jornada acadêmica, entre eles, Naedja Santos, Letícia Rafaela, Lucas Souza, Elvis Kesley, Fanielly Souza, Aline Araújo, Neto Alves, Edna Arruda e Breno Silva, que de alguma forma contribuíram para realização desta monografia.

Com muito afeto, agradeço a minha família e ao meu namorado, Diego Gomes, pela paciência neste período conturbado e por incentivarem meus projetos. Acima de tudo, sou grata a Deus pelo dom da vida.

A todos, muito obrigada!

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E NO MÉXICO NO SÉCULO XXI

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo uma apresentação da desigualdade de renda em relação ao Brasil e ao México, durante o século XXI. Elaborado através de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica e exposição dos pensamentos dos autores. Tanto o México como o Brasil possuem alta concentração de renda e um grande contingente populacional de baixa renda semelhante; para amenizar este problema, políticas de transferências de renda são utilizadas pelos seus governos. A redução da desigualdade de renda em alguns períodos, embora decorrente de muitas variáveis, se deve aos programas de transferências públicas. No Brasil são utilizados benefícios como o de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF) e correlatos, no México a principal política de transferência de renda é realizada pelo *Programa de Desarrollo Humano Oportunidades*, conhecido como *Programa Oportunidades*. O objetivo da maioria desses programas é romper com o ciclo da pobreza através da transferência de dinheiro às famílias em situação de extrema pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: BRASIL, DESIGUALDADE DE RENDA, MÉXICO

ABSTRACT

This paper aims at a presentation of income inequality in relation to Brazil and Mexico, during the twenty-first century. Prepared by a study based on literature and exposition of the thoughts of the authors.Both Mexico and Brazil have the high concentration of income and large populations of similar low income; to ease this problem, cash transfers policies are used by their governments. Reducing income inequality in some periods, although due to many variables, is due to public transfer programs. Brazil used as the benefits of *Prestação Continuada* (BPC), the *BolsaFamília* Program (PBF)and related, in Mexico the main income transfer policy is carried out by the *Programa de Desarrollo Humano Oportunidades*, known as *Programa Oportunidades*. The goal of most of these programs is to break the cycle of poverty through cash transfers to families in extreme poverty.

KEYWORDS: BRAZIL, INCOME INEQUALITY, MEXICO

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Visão de longo prazo da desigualdade (Gini) 24
TABELA2. Índice de Gini - México (2000-2012) 28
TABELA3. Avaliação da pobreza em diferentes dimensões - Brasil e México - 2008 34
TABELA4. Coeficiente de Gini e sua decomposição em índices de concentração e pesos relativos de cada fonte de renda 36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF - Bolsa Família

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CONEVAL - *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEGH - *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de losHogares*

INEGI - *Instituto Nacional de Estadística Y Geografia*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar

MRE - Ministério das Relações Exteriores

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PBAL - Programa Bolsa Alimentação

PBES - Programa Bolsa Escola

PBF - Programa Bolsa Família

PFZ – Programa Fome Zero

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PO - *Programa de Desarrollo Humano Oportunidades*

PROGRESA - *Programa de Educación, Salud y Alimentación*

PTCR - Programa de Transferência Condicionada de Renda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 OBJETIVOS 13

1.1.1 Objetivo geral 13

1.1.2 Objetivos específicos 13

1.2 JUSTIFICATIVA 14

1.3 METODOLOGIA 14

2 REFERENCIAL TEÓRICO 15

2.1 Desigualdade de rendimentos 15

2.2 Índice de Gini 17

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 19

3.1 Desigualdade de renda no Brasil: Transferências públicas e rendimentos do trabalho 19

3.2 Desigualdade de renda no México: O Programa Oportunidades 25

3.2.1 Contextualização da pobreza e desigualdade na economia mexicana 25

3.2.2 O Programa Oportunidades 29

3.3 Visão geral da desigualdade de renda e pobreza no Brasil e México 32

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

1 INTRODUÇÃO

Segundo Medeiros et al (2014), a desigualdade de renda está relacionada ao problema da inadequada distribuição de renda e tem haver com o grau de educação, qualidade de vida, habitação, saúde, dentre outros elementos. Esta pode ser avaliada através de coeficientes de desigualdade, o principal deles é o índice de Gini, também utilizado para mensurar o bem estar social, pobreza e outros termos. (NISHI, 2010).

Grande parte dos países em desenvolvimento, assim como o Brasil e México, tem uma enorme parte de sua população composta pela classe de baixa renda e uma parcela reduzida dessa possui uma grande concentração de renda. De acordo com o IPEA (2007), o Brasil apresentou transformações no que tange a essa concentração, exibindo uma constante queda, que se acentua partir de 2001. Nos anos seguintes, o país alcançou menor nível de disparidade de rendimento, sendo o ano de 2011 o que apresentou uma queda no nível de disparidade mais acentuada, porém, ainda se encontra entre os 15 países de maior desigualdade. (IPEA, 2012).

O Brasil possui um desenvolvimento econômico mediano. Na disputa pelas necessidades sociais há uma ampla quantidade de indivíduos em situação desfavorável. Para minimizar esta discrepância, e sob a égide dos governos progressistas que, ao menos no campo social, contestaram o modelo econômico neoliberal dos anos 1990, foram criadas políticas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família e correlatos, em busca de compensar os indivíduos que sofrem com essa desvantagem, para assim competirem pelos mesmos recursos de maneira menos desigual. (COTTA, 2009)[1].

[1] Ainda que o retorno de governos mais progressistas e alegadamente de esquerda, em muitas economias latino-americanas, nos anos 1990, suas concepções de políticas e programas sociais se transformaram face à visão que apresentavam nos anos 1980. Como observam Sant'Anna e Silva (2008: 157-159): "Ao lado da tradicional luta contra a desigualdade, começa a ganhar espaço a noção da exclusão, a necessidade de se oferecer cidadania a setores que estariam à margem do consumo e da produção – abrindo brechas a uma associação muitas vezes sem maiores mediações entre cidadania e acesso à produção e ao consumo. O apelo aos trabalhadores ou aos oprimidos começa a ser substituído pelo chamado à cidadania e pelo enfoque em temas éticos como o combate à corrupção. A construção de uma sociedade alternativa começa a ser posta num futuro distante, cedendo espaço a propostas de inclusão dos marginalizados ao capitalismo. Essa metamorfose ao longo dos anos 1990 é a tônica das esquerdas latino-americanas hegemônicas (...) Propõe-se o aumento dos gastos em saúde e educação direcionados aos setores mais pobres da população (não através do aumento de redes estatais, mas do oferecimento de apoios financeiros aos mais necessitados), um apoio mais efetivo aos desempregados e pensionistas empobrecidos, e a expansão da cobertura da seguridade social 'na medida das possibilidades fiscais'. A proposta de crescimento econômico com igualdade (...) dá a tônica do programa: ou seja, podemos afirmar resumidamente que se defendem mudanças na continuidade."

No México desde meados do século XX a concentração de renda começou a se agravar, o governo usufruiu de políticas expansionistas que refletiram em aumento da desigualdade e pobreza, embora estas tenham se modificado com o decorrer dos anos, ainda são impasses para o desenvolvimento do país. (ALONSO, 2002). Para combater essas questões o governo dispõe de Programas de Transferência de Renda, o principal deles é o *Programa de Educación, Salud y Alimentación*, PROGRESA, considerado o pioneiro dos Programas de Transferências de Renda. Em 2002, o PROGRESA apresentou mudanças, com expansão de sua cobertura, que passa a ser conhecido por *Programa de Desarrollo Humano Oportunidades – PO*. Este tem como objetivo reduzir a extrema pobreza das famílias. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Nos países latino-americanos são apresentadas propostas relacionadas às disparidades sociais e de renda em suas estratégias de desenvolvimento, em seus resultados de crescimento econômico e distribuição de renda, porém a evolução da concentração de renda tanto no Brasil quanto no México exibe uma trajetória econômica semelhante desde a época da colonização[2]. (SOARES ET AL 2007).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o comportamento da desigualdade de renda no Brasil e no México durante o século XXI e expor as principais políticas utilizadas pelos governos para combatê-la.

1.1.2 Objetivos específicos

1) Apresentar as causas mais relevantes da desigualdade de renda nos dois países e como esta é mensurada.
2) Analisar o comportamento dessa disparidade no México e no Brasil neste início de século, a partir da exposição dos pensamentos dos autores e dados estatísticos, evidenciando como são realizados os programas de transferência de renda para as famílias que se enquadram no recebimento dos subsídios.

[2] Para Soares et al (2007), o Brasil e o México foram colonizados com o mesmo objetivo, colônia de exploração, para extração de metais preciosos.

3) Discutir a atuação e a influência das principais políticas de transferências monetárias sobre a redução da desigualdade de renda.

1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância deste trabalho está na importância do tema para o campo da economia, tanto o Brasil quanto o México apresentam desigualdade de renda elevada, assim como a maioria dos países da América Latina. A pesquisa poderá colaborar para uma maior compreensão do assunto e como auxílio para outros estudos que possam surgir na área acadêmica.

De acordo com Santos e Arcoverde (2011), conforme o desenvolvimento da produção capitalista, da evolução tecnológica e principalmente da exploração de mão de obra, vários postos de trabalho foram suprimidos e a acumulação de capital manteve-se concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, fazendo com que a maioria dos indivíduos não tivessem acesso para usufruir o capital socialmente produzido. Na forma de produção capitalista, a sobrevivência do proletariado depende da venda de sua mão de obra. Esse sistema tem como principal foco a concentração de riquezas em poder de poucos, devido a isso nem sempre é possível obter uma renda que atenda as necessidades fundamentais.

A desigualdade de renda concede a um determinado indivíduo uma remuneração que o possibilita obter todos os bens de consumo desejados, ou mais que isso, enquanto do outro lado incapacita um sujeito de ter as mesmas oportunidades. Essa diferença varia, dependendo do país, que pode negar acesso a algumas escolhas, de suas liberdades políticas e dos recursos pessoais. (CASTRO, 2006).

1.3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho fundamenta-se em um estudo de caso sobre a desigualdade de renda no início do século XXI no Brasil e no México, sendo mensurada através do índice de Gini da distribuição da renda familiar per capita, extraindo os principais dados de documentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no caso do Brasil; utilizando-se das informações da *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares* e do *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social,*em relação ao México.

Para atingir os objetivos será realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de levar para os resultados as discussões de estudiosos sobre o assunto, podendo servir de embasamento para futuras pesquisas.

A seção seguinte traz uma visão geral do que é desigualdade de rendimentos e de como o índice mais utilizado para mensurar essa desproporção é calculado. Na próxima etapa é realizada uma discussão sobre o assunto, em relação ao Brasil e o México, como os governos agem para amenizar essa disparidade, e quais os programas de transferência de renda mais utilizados, realizando uma breve exposição da pobreza mexicana. Por último, ressalta-se o comportamento da desigualdade de renda e pobreza nos dois países de acordo com o período estudado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desigualdade de rendimentos

Este tipo de desproporção se dá pela má distribuição da renda que ocorre no país, está relacionada com os níveis de educação, saúde, moradia, expectativa de vida, dentre outras variáveis que produzem diferentes níveis de desigualdade de renda. Este conceito traz impactos para o campo econômico, político e social. Pode ser medida por vários índices, o mais utilizado é o índice de Gini.(MEDEIROS ET AL, 2014).

O IPEA (2006), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, caracteriza a desigualdade de renda como uma das desigualdades de resultados, essa disparidade é resultante das desigualdades de tratamento, de condições ou de oportunidades; sendo mais indesejada do que aquelas que ocorrem quando há perfeita igualdade desses mesmos quesitos. Ou seja, um alto nível de desigualdade de resultados é retrato das diferenças de oportunidades, de condições ou de tratamento. E sua queda indica que as disparidades essenciais (de condições, tratamento e oportunidades) também diminuíram. Cada grau de desigualdade de renda está associado a uma distribuição de renda, seja ela provinda, por exemplo, da remuneração dos trabalhadores recebida pela venda de sua mão de obra; ou das famílias, segundo sua renda familiar total.

Segundo Castro (2006), existem várias formas de analisar a distribuição de renda de maneira quantitativa, como através da distribuição funcional da renda (DFR), da repartição regional ou setorial da renda e da divisão pessoal dos rendimentos. A primeira utiliza os fatores de trabalho, terra e produção (em relação ao capital); a segunda recorre a regiões

geográficas ou setores de atividades, por último usa-se a relação entre pessoas economicamente ativas. Como existem vários modelos de indicadores para mensurar a desigualdade de rendimentos, o manuseio de um, ou outro, leva a distintas conclusões e resultados em relação ao comportamento da desigualdade de renda em um território, ou em relação à distribuição da mesma em diferentes regiões. Obtendo as decifrações de um determinado indicador, a comparação com os outros resultados distintos será esclarecedora. Sendo assim, não existe um melhor modelo, cada qual analisa a desigualdade sobre certa perspectiva.

A distribuição de pessoas pode ser analisada de acordo com a renda per capita da família, pois o bem-estar de um indivíduo não depende somente de seus haveres, mas, dos recursos de sua família. A renda familiar per capita soma a quantidade de recursos total da família e a divide pela quantidade de membros, realizando uma média. Os indivíduos serão iguais em famílias com a mesma renda familiar per capita, independente se existem mais crianças em um domicílio, ou pessoas mais idosas em outro; desconsiderando as diferenças de necessidades entre os cidadãos. (IPEA, 2006).

Os indicadores de desigualdade de renda devem satisfazer alguns critérios, são eles: *Princípio da população*, o tamanho da população não é importante; *Princípio do anonimato*, não importa qual pessoa obtêm a renda; *Princípio da renda relativa*, o indicador não deve ter sensibilidade a transferências de mesma proporção ou modificações de escala; *Princípio de Dalton – Pigou,* o modelo deve mostrar diminuição da desigualdade quando houver transferência de renda de um cidadão rico para um pobre; *Aditivamente decomponível,* o modelo pode ser definido de maneira que permita a soma de dois itens ou mais, como desigualdade entre determinados territórios e desigualdade dentro dessas regiões; *Princípio da sensibilidade,* possuir maior sensibilidade às transferências entre as pessoas mais humildes do que aquelas realizadas entre indivíduos de renda mais elevada. (CASTRO, 2006).

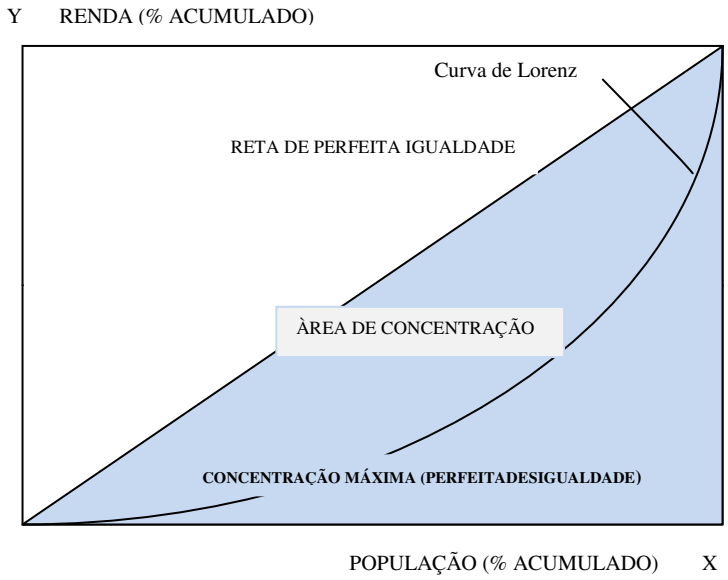
Silva (2009) relata que a desigualdade na distribuição de renda e a escassez de moeda para manter as necessidades básicas, dão origem à compreensão de pobreza relativa e absoluta. A primeira posiciona o indivíduo de renda inferior abaixo do rendimento médio da população, considerando o comportamento da renda média de um país. A pobreza absoluta está relacionada a não ter recursos para manutenção dos bens e serviços primordiais, como alimentação, por exemplo. Por esses motivos, a partir da década de 1990 começaram a ser adotados programas de transferência de renda para combater a pobreza e a disparidade social e econômica.

2.2 Índice de Gini

O Índice de Gini, foi criado pelo matemático Conrado Gini, é a ferramenta mais utilizada para medir o grau de concentração de renda em determinado país, geralmente mensurando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Adota, numericamente, uma variação de zero a um; o valor zero demonstra uma situação de igualdade, em que todos possuem os mesmos rendimentos, enquanto que o valor um representa o caso em que há uma extrema concentração de renda. (IPEA, 2007).

Nishi (2010) afirma que o coeficiente de Gini é utilizado não apenas para medir a distribuição de renda, como também a pobreza, o bem estar social, o desenvolvimento econômico do país e outros termos. Seus cálculos são fundamentados na *Curva de Lorenz*, onde na parte superior (eixo Y) estão os percentuais acumulados dos rendimentos, continuamente seguindo ordem crescente de renda, na parte inferior (eixo X) constam os percentuais acumulados da população. Como segue na figura abaixo.

FIGURA 1: *Curva de Lorenz* e a área de concentração máxima



Fonte: Elaboração própria, apud Nishi (2010) Coeficiente de Gini: Uma medida de distribuição de renda - UDESC- Escola superior de administração e gerência- Departamento de ciências econômicas.

A figura reproduz a curva de Lorenz, certifica que se não houvesse concentração de renda a população permaneceria sobre a reta de perfeita igualdade, onde a concentração é zero e não há indivíduos mais ricos, o percentual dos rendimentos seria obtido de maneira igualitária entre a população. A fração pintada representa toda a concentração ou região de perfeita desigualdade. A área de concentração, representada a partir da reta de perfeita

igualdade até a curva de Lorenz, demonstra que quanto maior seu tamanho maior será a concentração de renda. (NISHI, 2010).

Por determinação, o cálculo do coeficiente de Gini (G) está entre a região de desigualdade representada pela área de concentração, cuja assumirá o valor α, e a fração de perfeita iniquidade, apresentada por toda região abaixo da reta de perfeita igualdade.

$$G = \frac{\alpha}{0{,}5} = 2\alpha$$

O coeficiente assume valores entre 0 e 1 ($0 \leq G \leq 1$). Quando há perfeita desigualdade um único sujeito detém todo o rendimento; o denominador será igual ao numerador e o índice assumirá o valor um. Se não houver concentração o índice obtém resultado zero, e o numerador apresentará o mesmo valor. O cálculo de Gini também pode ser obtido sem que seja preciso recorrer à curva de Lorenz. (HOFFMANN, 1998).

Entre outros indicadores que também trabalham com a perspectiva de desigualdade, tem-se: *Formula de Pareto* - aceita que existe uma correlação funcional entre os níveis de renda, divisão da mesma, e a quantidade de indivíduos economicamente ativos; o indicador de *Range*-mostra a diferença de rendimentos entre os mais ricos e mais pobres, os dividindo pela renda média; *Desvio da Média Absoluta* - sua desigualdade segue a mesma proporção que a distância para a renda média; *Coeficiente de Variação* - oferece mais peso para os desvios maiores da média, buscando amenizar a insensibilidade do desvio da média absoluta; índices de *Theil-L e Theil-T* -relata que a informação a receber é inversamente proporcional à estatística de ocorrência; *Índice de Atkison*- utiliza uma situação de bem estar social, onde deriva as medidas de desigualdade. (CASTRO, 2006).

Para Castro (2006), o modelo de Gini satisfaz a maioria dos critérios para os indicadores de desigualdade de renda, menos o princípio da sensibilidade, pois mensura mais forte as transferências que impactam o núcleo da distribuição. Pode mensurar a desigualdade de renda através da renda per capita, dos rendimentos dos trabalhadores, entre outros, dependendo do resultado desejado.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Desigualdade de renda no Brasil: Transferências públicas e rendimentos do trabalho

Segundo Mattei (2011), durante o início deste século o Brasil adotou um novo modelo de desenvolvimento, baseado na defesa da produção e do mercado interno, juntamente à adesão de políticas de transferência de recursos e de proteção social, voltadas à erradicação da fome e dos altos níveis de pobreza. Para que isso ocorresse foram utilizadas políticas setoriais, como: valorização do salário, programas de transferências de renda e incentivo ao emprego formal.

O país possui um grande contingente populacional de baixa renda, enquanto uma pequena parte obtém renda bastante elevada, sendo uma forte característica do país a grande polarização da sociedade. Cerca de 5% dos mais ricos obtêm quase metade da renda, 1% da população adulta mais rica detém mais de um quarto da renda total do país, fazendo com que um milésimo da população concentre mais renda que o total da população pobre. (MEDEIROS ET AL, 2014).

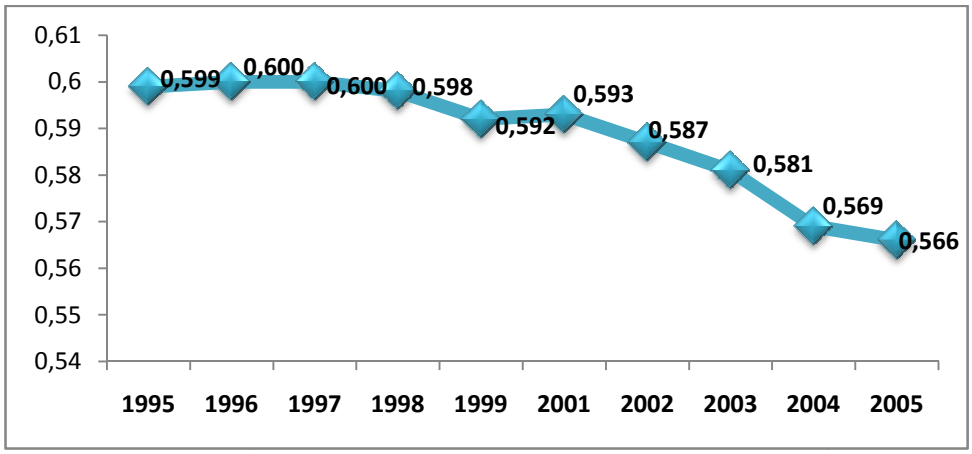
Para o IPEA (2010), dos 189,6 milhões de habitantes registrados no ano de 2008, 40,5 milhões de pessoas viveriam com menos de um quarto de salário mínimo, se não existissem os programas de assistência social, previdência e correlatos. Este número reduziu em 116%, por essas políticas refletirem diretamente no rendimento familiar, cerca de 18,7 milhões de pessoas sobreviviam com menos de um quarto de salário em 2008. Durante o ano de 2012, com uma população de 198,7 milhões, o país tinha em torno de 15 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, aproximadamente 8,5% da população, 6 milhões de habitantes (3,5%) vivendo na extrema pobreza; ou seja, a desigualdade de renda ainda é visível no Brasil. (IPEA, 2013).

Entretanto, de acordo com o IPEA (2007), no limiar do século XXI o Brasil passou por consideráveis mudanças no que se refere à concentração de renda, pois apresentou um continuo processo de queda. A trajetória da queda – expressa pelas medidas de desigualdade de renda familiar per capita – iniciada na metade da década 1990, torna-se mais acentuada a partir de 2001 e permanecem nos anos subsequentes, até 2005.

Barros et al (2006), ao analisar o período compreendido entre 2001 e 2005 chega à conclusão de que realmente a desigualdade de renda no Brasil começa a apresentar uma queda contínua (Gráfico 1). Verificando o coeficiente de Gini, nesse período, ele afirma que o grau

de desigualdade de renda no país apresentou um declínio de 4,6%, passando de 0, 593 para 0, 566.

GRÁFICO 1: Brasil: evolução da desigualdade na renda familiar per capita, coeficiente de Gini (1995-2005)



Fonte: Elaboração própria, apud Estimativas produzidas com base na pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNADs) de 1995 a 2005 - livro Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, v.1, pág.109 IPEA.

Complementando, Barros et al (2007) ratifica que entre 2001 e 2005 o coeficiente de Gini chegou a cair a uma taxa de 1,2% ao ano, e que a taxa de crescimento anual da renda per capitados 20% mais pobres esteve 5 % acima da média nacional. Dessa forma, enquanto a renda per capita brasileira aumentava apenas 1% ao ano, a renda per capita desse segmento crescia a 6%. Consequentemente, esses fatos despertaram a curiosidade de se investigar as causas por trás dessa queda do grau de desigualdade de renda, pois entender os determinantes dessa queda tornou-se uma questão impar para a agenda de políticas sociais no país, visando ser possível prolongar ou mesmo aprofundar essa tendência de queda por um longo período. Segundo ele, metade da redução na desigualdade está ligada a mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho, é aquela formada pelo ativo das famílias referente a alugueis, juros e dividendos, e pelas transferências não governamentais e governamentais, como, respectivamente – ajuda de não moradores e outras pensões e aposentadorias; e Benefício de Prestação Continuada (BPC), pensões e aposentadorias públicas, benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e correlatos.

Conforme Barros et al (2007), nesse período a participação da renda não derivada do trabalho no orçamento familiar aumentou dois pontos percentuais, subindo de 22% para 24%, e esse aumento foi impulsionado principalmente pelas transferências públicas de renda – as pensões e aposentadorias, o BPC, e os benefícios do Programa Bolsa Família –uma vez que, dentre as fontes que formam a renda não derivada do trabalho, as transferências públicas foram as que apresentaram transformações mais significativas, foram responsáveis por uma

parcela maior de impacto sobre a queda na desigualdade total. Além disso, atrelado a esse fato, houve um aumento de 10 %, subindo de 42% para 52%, a proporção de brasileiros cujo orçamento domiciliar é oriundo de fontes não derivadas do trabalho.

Soares et al (2006), destaca que os programas brasileiros de transferências públicas de renda desempenham um importante papel para a população mais carente, porque sem os mesmos a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis admissíveis dificilmente seria possível dentro de um horizonte de tempo aceitável. Apesar de não ter uma longa história e de não atingir toda a população elegível, esses programas têm contribuído para aliviar ou até mesmo sanar a pobreza de milhões de brasileiros; embora eles não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, devem estar presentes em qualquer proposta que vise à promoção de uma sociedade mais justa e não podemos deixar de reconhecer sua participação.

No Brasil, os programas de transferência de renda de alcance nacional originaram-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), onde foram apresentadas propostas para o nível de pobreza extrema e associados, baseadas em uma Rede de Proteção Social (2001) que abrangia projetos de assistência social, de transferência de recursos, programas para o agricultor e de seguro social. Porém, foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que programas de assistência social e alimentar foram fortalecidos e criados, como o BF. Um meio crucial para transformação destas políticas foi a implementação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no ano de 2004. (COTTA, 2009).

> O Brasil conta com vários programas de transferência de renda para os estados mais pobres da nossa população. O mais antigo destes são as aposentadorias rurais, que, segundos seus registros administrativos, contavam com quase cinco milhões de benefícios concedidos em dezembro de 2004. O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social era emitido a quase um milhão pessoas nesta mesma data. Os benefícios tanto do primeiro como do segundo têm valor igual a um salário mínimo. O piso do Regime Geral da Previdência Social, também indexado ao salário mínimo, pode ser pensado como um programa de transferência de renda aos mais pobres, apesar de não ser regido por nenhuma regra nesse sentido. O país conta igualmente com vários programas não indexados ao valor do salário mínimo, o mais notável dos quais é o Programa Bolsa Família. (SOARES, 2006, pág.15).

Segundo o MDS (2015), o programa Bolsa Família contribui para o combate à desigualdade no país e à pobreza. Criado em 2003, possui três características: complemento da renda, articulação com outras ações, e acesso a direitos. A primeira proporciona um alívio mais rápido à situação de pobreza, através da transferência de dinheiro pelo governo federal. A segunda tem objetivo de articular e integrar políticas sociais para incentivar o

desenvolvimento das famílias; a última reforça o acesso à saúde, educação e à assistência social, como condições para que a família tenha acesso ao programa.

Por atender as situações de pobreza e extrema pobreza, são utilizados limites de renda para definir quem pode participar do programa: as famílias devem se inscrever no cadastro único, para programas sociais do governo, aquelas com renda per capita de até setenta e sete reais mensais estão inclusas; ou famílias com renda per capita entre R$ 77,01 e R$ 154 mensais, desde que entre seus integrantes tenham adolescentes ou crianças de zero a dezessete anos. (MDS, 2015).

Segundo Cotta (2009), o BF incluíra alguns programas anteriores: Auxílio-Gás; Cartão Alimentação - auxílio monetário para a alimentação familiar; Bolsa Escola (PBES) ajuda de custo para crianças frequentarem à escola e o Bolsa Alimentação (PBAL). Atuando como seguimento do Programa Fome Zero (PFZ), este criado em 2003 para o combate da fome e da miséria, priorizando os menos favorecidos, para programá-lo foi instituído o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). (MATTEI, 2008).

A fome é dividida em três dimensões pelo PFZ, a primeira sinaliza a insuficiência de demanda ocasionada pela desigualdade de renda, o baixo poder de compra dos trabalhadores e o desemprego. Na próxima, está a discordância entre os preços dos alimentos e o baixo poder de compra. Por último tem-se a situação da população carente, muitas vezes desempregada ou subempregada, levando em consideração crianças, idosos e outras comunidades em condições de carência. (MATTEI, 2008).

Como mencionado anteriormente, metade da redução da desigualdade registrada no período compreendido entre 2001 a 2005 teve como consequência as políticas de transferência de renda do governo que se caracteriza pela renda não derivada do trabalho, no entanto, não podemos deixar de destacar o papel do mercado de trabalho particularmente ao que se refere aos rendimentos oriundos do trabalho, ou seja, rendas derivadas do trabalho como contribuinte dessa queda na desigualdade. (SOARES, 2006).

Segundo Ulyssea (2007), um importante fator para compreender a evolução da desigualdade de renda é o comportamento do mercado de trabalho. Para ele a renda derivada do trabalho pode explicar metade da queda da desigualdade de renda familiar vista no período 2001-2005. Ele destaca que o efeito-preço contribuiu muito para a queda da desigualdade de rendimentos do trabalho observada no período e que esse efeito passou a corresponder a aproximadamente 51% da queda total da desigualdade de renda observada nesse mesmo período, sendo assim, o quinquênio 2001-2005 caracterizou-se pela queda mais acentuada da desigualdade de rendimentos do trabalho, em particular para o caso do coeficiente de Gini.

Soares (2006), também acredita na influência do efeito preço e explica que o mesmo se dá pelas transformações na oferta de trabalho, devido a melhorias na educação, que tem feito com que mais pessoas tenham acesso a cursos profissionalizantes e consequentemente esse fato aumenta a oferta de trabalho qualificado, impactando nos rendimentos do trabalho. Segundo ele, o mecanismo se dá quando a oferta de mão-de-obra aumenta muito e a procura não acompanha esse aumento, ocasionando uma redução do preço por mão-de-obra qualificada. Com isso, essa redução acarretaria menores salários para pessoas com níveis educacionais elevados e maiores salários para pessoas com níveis educacionais menos elevados, reduzindo a desigualdade de renda. Entretanto, o autor apresenta outras explicações, no que se refere ao mercado de trabalho, sobre a queda da desigualdade.

De acordo com o autor, o salário mínimo real passou por um aumento quase que constante entre 1994 e 2004, e que esse aumento possibilitou a redistribuição de renda através do mercado de trabalho e contribui também no mercado informal de trabalho, uma vez que este é marcado por uma forte presença do salário mínimo. Outra explicação seria a mudança na demanda por trabalho apresentando assim duas possibilidades; uma seria que devido ao país ter entrado em um ciclo de crescimento sustentado, os empregadores teriam mudado a estratégia de contratação de trabalhadores estabelecendo mais contratos formais e com isso aumentando a demanda por trabalho não qualificado; a outra seria que, devido aos excessivos ajustes ocorridos no emprego na década de 1990, os empregadores estariam recontratando trabalhadores com pouca qualificação, porém, ambas teriam levado a uma maior igualdade na distribuição de rendimentos do trabalho, ocasionando positivos reflexos na distribuição de renda domiciliar per capita.

Barros et al (2007), ressalta que existem duas razões para explicar as diferenças em remuneração do trabalho; a primeira é resultado de diferenças de produtividade as quais são reveladas pelo mercado de trabalho; a segunda é decorrente de imperfeições no mercado de trabalho, como a discriminação (por gênero e cor) e a segmentação (espacial, setorial e entre os segmentos formal e informal), muitas vezes o mercado de trabalho remunera trabalhadores que possuem a mesma produtividade de forma diferente, ou seja, se eles trocassem de postos e gerassem mesma produtividade, mesmo assim teriam remuneração diferenciada. Excluindo o segmento formal e informal, as formas de discriminação e as outras formas de segmentação apresentaram um forte declínio no período entre 1995 e 2005, e em especial no período entre 2001 e 2005, reduzindo a desigualdade de remuneração do trabalho e contribuindo com metade da queda da desigualdade da renda familiar nesse último período e, apesar dessa

redução na desigualdade de rendimentos do trabalho vir ocorrendo desde o Plano Real, ela intensificou-se a partir de 2001.

Segundo o IPEA (2006), a contribuição da renda não derivada do trabalho situou-se entre 42% e 48%, e a da renda derivada do trabalho entre 32% e 46%, no período de redução da desigualdade de renda per capita constatado entre 2001 e 2005. Para o instituto, essa queda na concentração de renda é algo que gera grandes e positivos impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza, uma vez que uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rápido que a renda média nacional, ou seja, quando há um aumento generalizado na proporção de renda dos mais pobres, tem-se uma queda no grau de desigualdade; algo que foi observado nesse período, qualquer que seja o índice de desigualdade utilizado.

De acordo com o IPEA (2012), o país alcançou o menor nível de disparidade dos rendimentos no ano de 2011, onde o coeficiente de Gini apresentou seu menor valor (0.527) desde a década de sessenta (0.535), visto na tabela 1. Apesar disso, ainda mantém-se entre os 15 países de maior desigualdade; para chegar ao nível dos Estados Unidos, por exemplo, demoraria ao menos 20 anos pelo ritmo atual, concluindo que há um movimento crescente da renda dos pobres.

TABELA 1. Visão de longo prazo da desigualdade (Gini)

ANOS	**1960**	**1970**	**1979**	**1990**	**2001**	**2007**	**2009**	**2011**
ÍNDICE DE GINI	**0.535**	**0.581**	**0.589**	**0.607**	**0.594**	**0.552**	**0.539**	**0.527**

Fonte: elaboração própria, apud IPEA (2012) a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo/IBGE E Langoni 1973. Para estimar o índice de Gini utiliza-se a renda domiciliar per capita e a renda do trabalho, completando as séries da PNAD pelas variações da PME.

Os números decrescentes apresentados pelo coeficiente de Gini no período de 2001/2011 derivam aproximadamente 60% do mercado de trabalho, que ficou menos desigual, em segundo lugar da previdência social, em terceiro lugar do Programa Bolsa Família que contribuiu com mais de 10% para a queda do índice. Especificamente entre 2001 e 2008 os rendimentos do trabalho correspondem a 58% da redução, 19% são explicados pelos benefícios da previdência e 13% pelo PBF. No geral, nas amostras entre 2001 e 2011 foram os rendimentos do trabalho que mostraram maiores influências sob a redução, em seguida a previdência social e o Bolsa Família. A renda dos 10% mais pobres aumentou 91,2% neste período, enquanto a renda do décimo mais ricos cresceu 16,6%. (IPEA, 2012).

O indicador de Gini do ano de 2012 apresentou o valor de 0.526, segundo o IPEA (2013), permanecendo praticamente estável se comparado a 2011, não sendo plausível

estabelecer maiores considerações neste período. O capital dos grupos tradicionalmente exclusos: analfabetos, negros, moradores do campo e nordestinos foi o que mais cresceu durante o século XXI. (IPEA, 2012).

3.2 Desigualdade de renda no México: O Programa Oportunidades

3.2.1 Contextualização da pobreza e desigualdade na economia mexicana

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2013), o país possui uma economia diretamente ligada ao crescimento econômico dos EUA, considerado pelo Banco Mundial como uma nação de ingresso médio alto, com renda per capita da ordem de US$ 10 mil dólares e um PIB de 1,1 trilhão; suas principais indústrias são baseadas em petróleo, setor automotivo, bebidas e alimentos. Porém é marcada pela concentração de renda, em 2010 sua população era de 112,3 milhões de habitantes, destes, 77,83% viviam em área urbana e 22,18% em área rural, sendo que 51,3 % de sua população ainda viviam abaixo da linha da pobreza nacional.

Na visão de Padilha (2009), a partir dos anos de 1960 o cenário econômico mexicano começou a se agravar, em virtude da expansão dos gastos governamentais, que não foram seguidos de aumentos da receita, ocasionando inflação, déficits orçamentários e em conta corrente. Uma das causas principais dessa crise foi o acréscimo de empresas regidas pelo estado, no intuito de fortalecer o poder do governo sobre a economia; seguido das pressões políticas e sociais agregadas à ineficácia econômica, e maiores gastos públicos.

Segundo Alonso (2002), no início da década de 1980 o governo criou um novo modelo econômico fundamentado no aumento das exportações e uma maior participação do mercado; esse programa teve efeitos sociais drásticos, como o aumento da concentração da riqueza e um crescimento do nível de pobreza. Embora as condições de pobreza e suas características tenham mudado de acordo com o desenvolvimento e com as situações macroeconômicas ao longo dos anos, ainda é um problema que perturba a população mexicana. Dois movimentos influenciaram os diferentes conceitos sobre pobreza, de um lado, se tem o crescimento urbano que acabou contribuindo para o aumento da mesma; do outro, segundo o autor, foi o emprego[3]relativamente alto e sustentado de políticas de cunho social.

[3] Na perspectiva de Alonso (2002), na obra *La Medición de la Pobreza em México.Centro de EstudiosSociales y de Opinión Pública.*

Para Padilha (2009), o período de 1980 a 1990 foi diagnosticado como um panorama desordenado, pois as políticas realizadas não geravam resultados, eram acompanhadas de previsões erradas sobre o desempenho de algumas variáveis; juntamente com a elevação do preço do petróleo e desvalorização do valor nominal do *peso* em 80%. Primeiramente, o governo optou por medidas de contração fiscal com diminuições de subsídios, redução do investimento público e aumento dos preços de produtos energéticos. De emergência foram realizados aumentos de 30% no salário mínimo, para honorários mais elevados este aumento foi em menor proporção, com o objetivo de manter os preços menos instáveis e conter a fuga de capitais. Estes acontecimentos deram origem: a uma crise por dívida, a desaceleração econômica e a involuntária moratória mexicana, sua situação era interpretada pelos bancos credores como impasses de fluxo de caixa.

Ao longo dos anos de 1960 e 1980 o governo introduziu propostas de políticas públicas sobre a falta de renda, como uma abordagem indireta a pobreza, e às necessidades básicas não realizadas, como uma abordagem direta. No período de 1990 a 2000, houve a implantação de políticas desse gênero dando atenção à vulnerabilidade de mulheres e de meninas na sociedade. Levando em consideração que todos não dispõem das mesmas oportunidades, principalmente aqueles que vivem em situação de pobreza extrema, onde a marginalização é tanta que não há condições de crescimento e desenvolvimento. (Alonso, 2002).

O país empregara três conceitos de renda monetária, considerando a renda per capita como a principal indicadora de bem-estar, tem-se: a pobreza de capacidades, a de patrimônio e a alimentar. A pobreza de capacidades refere-se à insuficiência de renda para garantir a cesta básica e cobrir os gastos com as outras necessidades: educação e saúde. A pobreza alimentar diz respeito a não ter renda para cobrir a cesta básica, mesmo que se utilize toda a renda familiar. Já a de patrimônio consiste na insuficiência de renda para adquirir a cesta básica, bem como para os gastos com transporte, saúde, vestuário, habitação e educação, tendo que optar entre algumas destas necessidades para se manter. (QUEIROZ ET AL, 2010).

Conforme Padilla (2009), as despesas das famílias de baixa renda no México são primeiramente para a alimentação, segundo para suprir todas ou algumas despesas com necessidades básicas e o aluguel, sem condições de adquirir quaisquer dispêndios adicionais, incluindo até mesmo gastos com saúde; por outro lado, famílias com rendimentos mais altos usufruem de condições muito mais estáveis, tendo oportunidades de adquirir recursos para fortalecer o capital humano, como gastos com educação, saúde e entre outros. De acordo com o autor, deve-se analisar a distribuição de renda, pois a desigualdade conduz a sérios

resultados em termos de propagação internacional da pobreza; o crescimento de uma economia sem afetar a distribuição de rendimentos não possui ação relevante contra o nível de pobreza.

A pobreza alimentar, de capacidades e de patrimônio correspondia, respectivamente, a 61,8%, a 73,2 % e a 88,4% da população total em 1950. Até o ano de 2004 esses valores declinaram para 17,3%, 24,6 % e 47 % da população total. Entre 1950 a 2004 a classe média se expandiu devido à diminuição da pobreza; neste período a pobreza reduziu de forma significativa. Entre 1950 a 1994, onde o PIB do país quase triplicou, seguiu com alguns pontos de estagnação, que condizem com a crise macroeconômica vivida pelo México entre 1982 a 1994, a partir de então, diminuiu de forma continua até 2004. (SZÉKELY, 2005).

Para Székely (2005), o índice de Gini [4] do ano de 2004 foi o que apresentou menor valor desde o ano de 1950, este último com um coeficiente de 0.52, para 0.46 representados em 2004. Comparando os indicadores houve uma redução de 12% no índice de pobreza, o nível de desigualdade de 2004 só é aproximado dos observados em 1989, devido à contração da pobreza o número de indivíduos na classe média se estendeu.

Alonso (2002) relata três premissas que apoiam a necessidade de diferenciar os graus de pobreza; primeiramente, os aumentos das taxas de crescimento não influenciam diretamente a vida dos mais pobres, principalmente aqueles que vivem em zonas rurais. Ainda que os programas sociais melhorem suas condições de vida, a pobreza extrema e estrutural está ligada as estruturas econômicas e ao atraso social e político. Segundo, é fundamental separar uma parte do orçamento do governo para gastos com os menos favorecidos. Por último, as circunstâncias miseráveis em que vivem os mais pobres, obrigam o estado a prestar assistência com programas específicos, e defini-los como público alvo das políticas sociais.

Há uma nítida disparidade de renda entre as regiões norte, sul e central do México, a região que apresenta maior nível de pobreza é a sudeste, em seguida o sul do país e a região central. O número de pobres no território sudeste é quase quarenta vezes maior do que a Cidade do México e cinco vezes maior que a região norte; a desigualdade restringe o desenvolvimento humano e provoca um crescimento econômico vagaroso no país. Por isso o investimento em políticas sociais na área da educação e saúde é indispensável para desviar do círculo vicioso da pobreza[5]. Padilha (2009), apud ENIGH 2006, aponta que 10% dos

[4] Mensurado pela renda familiar total.
[5] Condições de vida precárias, fortalecendo o não acesso a outras oportunidades. Quando não há quebra desse paradigma, os jovens inclusos em ciclos de pobreza provavelmente se tornarão adultos e pais também pobres.

indivíduos com maior renda concentram 39,3% da renda total do país, enquanto 10% dos indivíduos com menor renda acumulam 1,6% dos rendimentos totais. (PADILLA, 2009).

Para Padilla (2009), o governo dedicou maior parte do tempo da luta contra a pobreza na expansão de capacidades e aumento de capital dos mais pobres. Estes itens absorveram mais da metade dos recursos para superar a pobreza em 2004, segundo o autor, aproximadamente 52% do orçamento. Um dos programas que mais investem nesses recursos é o *Oportunidades*, faz parte dos projetos que visam maior desenvolvimento, expansão da renda e principalmente romper com o ciclo da pobreza.

Elizaldeet al (2015) descreve, segundo o CONEVAL - *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social*, que o índice de Gini mexicano no início dos anos 2000 apresentava o valor de 0.535, sofrendo uma variação positiva se comparado ao ano 2012, com 0.498 (visto na tabela 2), parte dessa melhoria foi devido ao uso de políticas e programas de desenvolvimento social. O aumento da desigualdade em 2010 refletiu a crise financeira entre 2008 e 2009, principalmente por sua economia estar ligada aos Estados Unidos; as regiões urbanas que fazem fronteira foram as que mais sofreram. O México tem feito melhorias significativas na cobertura dos serviços básicos, principalmente na área da educação, saúde e habitação para a populaçãomais carente. Porém, o país ainda tem um alto nível de disparidade de renda.

TABELA2. Índice de Gini - México (2000-2012)

Anos	**2000**	**2006**	**2008**	**2010**	**2012**
Coeficiente de Gini	**0.535**	**0.509**	**0.505**	**0.509**	**0.498**

Fonte: elaboração própria, apud Elizalde et al (2015) estimadores da CONEVAL com base no ENIGH 2000, 2006, 2008, 2010 e 2012. Para estimar o índice de Gini utilizou-se a renda corrente per capita (ICTPC).

A redução do coeficiente de Gini entre 2000 e 2006, segundo Cortés (2011), deveu-se ao aumento da qualificação profissional e acesso aos estudos, diminuição do desemprego, aumento da demanda por energia, acordos norte-americanos de livre comércio, transferência de renda e programas sociais, que podem ser vistos e comparados aos anos seguintes, a redução foi mais pronunciada no ano em que foi agravado o aprofundamento a crise. Desde os anos 80 que o país sofre fortemente com desigualdade econômica e a concentração de renda.

De acordo com o CONEVAL (2012), o número de pessoas em situação de pobreza no ano de 2010 subiu em 3,2 milhões de pessoas em relação ao ano de 2008. Mas, a população em situação de extrema pobreza permaneceu praticamente constante, cerca de 11,7 milhões entre 2008 e 2010. Vale ressaltar, que a quantidade de indivíduos sem acesso a serviços de

saúde, neste período, reduziu em aproximadamente em 36 milhões de pessoas em comparação a 2008, devido a crescimento de programas na área de saúde.

O México apresenta níveis macroeconômicos e comerciais ovacionados por organizações internacionais, em contrapartida, sua disparidade de renda e pobreza são quesitos que requerem maior atenção do governo, e devem estar em primeiro plano nos projetos políticos. (PADILHA, 2009).

3.2.2 O Programa Oportunidades

No México muitos vivem em situação de extrema pobreza, enquanto outros poucos têm em mãos o poder da concentração de renda, um problema que assola vários países da América Latina. A partir disso, surgem alternativas de saída dessa situação de desigualdade, são os Programas de Transferência de Renda. Esses Programas têm como objetivo romper com o ciclo da pobreza[6] no México através da transferência de dinheiro às famílias em situação de extrema pobreza, buscando a cobertura dos direitos básicos. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Nas últimas décadas o debate com relação aos Programas de Transferência de Renda se expandiu devido à importância dada a estes no campo social, econômico e educativo. Esses procuram, principalmente, a erradicação da pobreza, da fome e a redução nas desigualdades sociais por meio da transferência de renda às famílias em situação de pobreza. O pioneiro dos programas de transferência de renda no continente latino americano é o Programa de *Educación, Salud y Alimentación* – PROGRESA criado no México no ano de 1997. Em 2002, o PROGRESA sofreu algumas mudanças, com ampliação de sua cobertura, passando a ser *Programa de Desarrollo Humano Oportunidades* – PO. A pobreza no México, no começo, era concentrada em áreas rurais, reduzindo através do auxílio de programas de luta contra a pobreza, como o PROGRESA, que beneficiou de forma específica, a população pobre das áreas rurais. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Os recursos do *Oportunidades* são enviados a cada dois meses para a chefe da família ou para a cônjuge do chefe de família. O programa também tem como atribuição a responsabilidade pela poupança baseada na acumulação de pontos pelos alunos do segundo ciclo secundário. Ao concluírem o ensino secundário, esses podem usar essa poupança para fazer a inscrição em um curso de nível superior. Para um país que passa por grandes

[6]O termo designa um conjunto de fatores que concorrem para manter um país pobre, ou permanecer em situação de pobreza.

diferenças de renda, é necessário à assistência aos estudantes, visto que a educação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de uma nação, além da classe idosa que merece respeito e cuidado, pois a expectativa de vida deve ser ampliada para um país melhorar seu bem-estar geral. (SOARES ET AL, 2007).

De acordo com Santos e Oliveira (2013), o Programa disponibiliza bolsas de estudo para crianças e jovens das famílias beneficiárias menores de 18 anos, matriculados da terceira série primária até a terceira série secundária, e para jovens de até 21 anos de idade matriculados na educação especial, por possuir necessidades especiais. Quanto ao ensino secundário, são distribuídas bolsas de estudo para jovens entre 14 e 21 anos de idade matriculados nessa modalidade. Deve-se dar atenção às crianças e aos jovens que possuem necessidades especiais, sendo tratados com igualdade. Porém, para que isso ocorra, o apoio de programas sociais é um ponto importante.

O principal objetivo do programa é o investimento em recursos humanos, ou seja, crianças em situação de dificuldade e em suas famílias, procurando quebrar o ciclo de pobreza intergeracional,[7] para que todos possam ter melhores condições de vida. Para romper com o ciclo da pobreza intergeracional, deve-se investir nas crianças para que se formem adultos que usufruam de uma boa educação e que se transformem em uma geração produtiva, melhorando o quadro social do país. O investimento em recursos humanos é uma atitude inteligente por parte do governo, pois o mercado de trabalho deve ter oferta de pessoas capacitadas, pois as mesmas vão trabalhar nas indústrias, e trabalhadores qualificados produzem mais e geram mais renda, aumentando o PIB – Produto Interno Bruto- do país. (QUEIROZ ET AL, 2010).

> As famílias beneficiárias devem cumprir suas responsabilidades, que são: frequência regular aos serviços de saúde e frequência escolar. No que se refere ao componente educacional, um dos objetivos específicos do programa é conceder oportunidades de crescimento educacional no ensino primário e secundário para crianças e jovens das famílias beneficiárias, incentivando a matrícula e a frequência escolar, incentivando também a conclusão desses níveis educacionais. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013 pág.6).

Como visto, esses benefícios sociais têm de ter o retorno das famílias, por exemplo, os estudantes devem frequentar as aulas e os serviços de saúde. O controle é fundamental para que não exista a evasão escolar, visto que programas sociais têm como um dos objetivos que as crianças e jovens possam concluir os graus educacionais. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

[7] De acordo com Queiroz et al, (2010), a família se mantém em um círculo vicioso de exclusão e pobreza, reproduzindo este fenômeno para as próximas gerações.

Como contrapartida, o programa exige que as beneficiárias inscrevam os menores de 18 anos nas escolas e os jovens de até 21 anos na educação média superior. A unidade familiar tem de estar registrada nos postos de saúde, comparecendo as visitas agendadas e participando mensalmente de ações educativas voltadas para a área da saúde. Além dos idosos integrantes dessas famílias, que devem comparecer ao menos em oito visitas médicas por mês. (FONSECA, 2010 APUD QUEIROZ ET AL, 2010).

O benefício pode ser maior de acordo com nível escolar, educação média e superior, e se o beneficiário for do sexo feminino. O objetivo do elemento educacional é promover a matrícula, frequência e a conclusão da escolarização formal, evitando a evasão escolar, principalmente das mulheres. Esse componente é fundamental na expansão e garantia do acesso à educação, tornando as mulheres prioridade no programa. (COTTA, 2009).

A partir de estimativas do INEGI – *Instituto Nacional de Estadística Y Geografia* - em 2008 o México possuía uma população de aproximadamente 107 milhões de habitantes, com 11 milhões de pessoas habitando na região Sudeste, que é composta por três estados: Chiapas (4,19%), Oaxaca (3,32%), e Guerrero (2,93%) que, juntos formam 10,44% da população do país. A pobreza se concentra nos estados que formam a região sudeste do México, por ser a área mais carente e que necessita de mais atenção. Essa detém quase um quarto da carência alimentar do país. A análise estadual aponta Chiapas como o estado do Sudeste mexicano que passa por mais necessidades e, sendo assim, que recebe a maior parte dos recursos do *Programa Oportunidades*, seguido pelos estados de Oaxaca e Guerrero. (QUEIROZ ET AL, 2010).

Em 2008, o Programa Oportunidades atendeu a 5 milhões de famílias mexicanas, sendo 25% na região sudeste, distribuídos assim: 11,11% residentes em Chiapas, 8,08% em Oaxaca e 6,44% em Guerrero. Nesse mesmo ano, 44,83% dos recursos com o *Oportunidades* foram destinados a bolsas de estudos; alimentação recebeu um repasse de 29%; o energético se destaca com 7,82%; material escolar recebeu 2,42% e adultos maiores 0,72%. Baseado no Estudo Comparativo entre o Programa Bolsa Família no Brasil e o *Programa Oportunidades* no México, abaixo foi feito uma análise sobre os elementos que compõem o *Programa Oportunidades*. (QUEIROZ ET AL, 2010).

Para o autor, o componente alimentar visa melhorar a qualidade, oferta e diversidade da alimentação dos beneficiários, por meio de uma transferência bimestral de recursos para as crianças entre 6 meses e 23 meses e para as crianças entre 2 e 5 anos que apresentem um quadro de desnutrição e para as mulheres grávidas e lactantes. O problema da fome é o mais sério, que atingiu muitos países subdesenvolvidos, mas que ultimamente com a ajuda dos

benefícios sociais vem se dissipando. Esses recursos estão mais direcionados aquelas pessoas, que por falta de cuidados, podem chegar a uma situação de desnutrição, são elas: as mulheres nas condições acima citadas e crianças em determinada faixa de idade.

Os recursos voltados para o componente educacional têm como objetivo aumentar o número de matrículas e a redução da evasão escolar. São ofertadas bolsas de estudos para crianças e jovens matriculados na 3ª série do primário e os inscritos até o último ano da educação média superior. Esses recursos são transferidos de dois em dois meses para as titulares do programa, pelo período escolar de 10 meses, os valores vão aumentando de acordo com a série, sendo maiores para as mulheres a partir do primeiro ano do secundário até o encerramento da educação média superior; os recursos também são voltados para a obtenção de material escolar. Já o modelo: *Jovens con Oportunidades* é um incentivo financeiro para o aluno que está inscrito na 3ª série do secundário e na educação média superior. No entanto, ele deve ter concluído sua educação média superior antes de completar 22 anos de idade. O bolsista vai acumular pontos ao longo desses anos, que podem ser transformados em dinheiro. (QUEIROZ ET AL, 2010).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), o Índice para uma Vida Melhor, indica que no México, quase 61% das pessoas com idades entre 15 a 64 anos têm emprego remunerado, 45% das mulheres possuem empregos**,** enquanto a taxa de emprego dos homens é de 78% no México e a expectativa de vida no nascimento é de aproximadamente 75 anos. O México, assim como muitos países subdesenvolvidos, tem problemas com a distribuição de renda. Parte desses problemas é amenizada através dos Programas de Transferência de Renda; o *Programa Oportunidades* tem esse potencial de reduzir a pobreza e a extrema pobreza das famílias mexicanas.

3.3 Visão geral da desigualdade de renda e pobreza no Brasil e México

Conforme Queiroz et al (2010), o conceito de pobreza é medido fundamentalmente em duas bases, essencialmente a insuficiência de renda e, segundo, o desprovimento de necessidades básicas como: saúde, habitação, vestuário e nutrição. Na primeira se considera uma renda mínima para que o indivíduo consiga suprir suas necessidades humanas e conseguir um padrão de vida apropriado na sociedade. Ao usar o critério da renda para medir o nível de pobreza de determinado país deve-se ressaltar que o rendimento do cidadão é utilizado para adquirir bens e serviços nas economias modernas. Sendo assim, é impossível

atender a todas as necessidades humanas de uma população considerada pobre, que possui baixo nível de renda.

Os países da América Latina foram surpreendidos por intensas crises no final do século XX acarretando em graves efeitos sociais, junto à crise estavam os baixos níveis de crescimento, aumento da inflação, da crise da dívida interna e externa. Esta última atingiu todos os governos da região, limitando a propagação do PIB, diminuindo as chances de realizar políticas de desenvolvimento que fossem capazes de mudar a situação da população e daqueles que já se encontravam em nível de extrema carência. (MATTEI, 2008).

Padilla (2009), apud CEPAL (2005), relata que 15% da população na América Latina, cerca de 81 milhões de pessoas em 2005, viviam em situação de extrema pobreza; e 40% da população neste mesmo ano, 209 milhões de pessoas, sobreviviam em condições de penúria. A porcentagem de pessoas em situação de pobreza diminuiu em correspondência ao ano 1990, que apresentava 48% da população nesta condição. Porém, o número de pobres em 2005 é maior do que em 1990, pois junto ao progresso veio o crescimento populacional.

De acordo com Nascimento et al (2012),é um grande desafio para qualquer nação a conciliação do crescimento econômico, da estabilidade e da redução das desigualdades.Entre 2000 e 2011 a economia brasileira chegou a alcançar um crescimento médio anual próximo a 4% a.a, nas últimas duas décadas anteriores esse valor foi de aproximadamente 2% anuais. A economia brasileira apresentou melhor desempenho no ano de 2004 a 2011, onde a inflação se manteve sob controle com média de 5,4% anual.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2013), o México ocupa o 12° lugar entre as maiores economias do mundo. Em 2012, seu PIB cresceu a uma taxa anual de 3,9%, é um dos países em desenvolvimento que mais investe no Brasil, é considerada a segunda maior economia da região da América latina e também o segundo país mais industrializado. Sua atividade econômica dependente dos Estados Unidos, em sua maioria em exportação e importação, pode ser explicada por serem países vizinhos, o que acaba facilitando o comércio. Neste mesmo período sua taxa de inflação foi considerada a mais baixa dos últimos trinta e sete anos.

Porém a desigualdade no desenvolvimento humano mexicano é elevada, além de sua alta concentração de renda, o município com maior nível de carência possui o maior número de mortalidade infantil, cerca de 60 mil (para crianças nascidas com vida), esta quantidade é comparada a países como Nepal e Sudão. No entanto, a região mais abastada obtém um padrão similar aos de países europeus. (PADILHA, 2009).

Soares et al (2007), relata que os países latino-americanos tem sido caracterizados por evoluções diferentes em relação às estratégias de desenvolvimento, os resultados de crescimento econômico e distribuição da renda. O México tem se concentrado em um único parceiro comercial, ficando altamente dependente de suas importações, obteve reduções de desigualdade com base em uma diversidade de produtos e um crescimento menor. O Brasil possui uma economia mais diversificada quando se trata de parceiros e também de produtos, utilizando uma liberalização econômica menos radical, porém um crescimento ainda baixo e redução de desigualdade inicialmente no período de 2001 a 2005. E, o sucesso da diminuição da desigualdade nesse período, no Brasil e no México, embora decorrente de muitas variáveis, se deve também a programas de transferência de renda. A fonte de concentração de renda no México tem uma trajetória econômica semelhante à do Brasil desde a colonização.

De acordo com Queiroz et al (2010), ao se comparar pobreza, com relação aos 20% mais pobres, em diferentes indicadores entre o México e o Brasil como: educação, seguridade social e características de domicílios, os resultados são semelhantes entre a população mexicana e brasileira no ano de 2008.

TABELA3. Avaliação da pobreza em diferentes dimensões - Brasil e México - 2008

DIMENSÃO	BRASIL 20% MAIS POBRES	TOTAL	MÉXICO 20% MAIS POBRES	TOTAL
Educação				
Percentagem de crianças entre 8 e 12 anos que não estão na escola	1,9	1,35	3,4	2,1
Percentagem de pessoas maiores de 15 anos analfabetos	19,1	11,3	17,9	7,6
Percentagem de pessoas maiores de 15 anos com primário incompleto*	69,7	45,0	41,7	23,2
Percentagem de chefes de domicílio com educação básica ou mais**	23,4	46,6	23,3	47,0
Seguridade				
Percentagem da população ocupada sem direito à previdência*	81,6	43,19	92,2	65,2
Percentagem de chefes de domicílio sem previdência*	50,7	27,35	92,3	72,0
Percentagem de domicílios sem cobertura de programas sociais ou seguridade	NE**	NE	31,0	44,1
Características dos domicílios				
Domicílios com piso de terra	NE	NE	18,9	6,1
Domicílios sem energia elétrica	4,6	1,4	3,2	1,1
Domicílios sem rede de água	23,0	7,3	25,4	11,3
Domicílios sem telefone	87,4	55,5	81,7	52,5
Domicílios sem refrigerador	24,3	7,9	42,7	17,2
Domicílios sem máquina de lavar	87,7	58,4	76,9	48,3

Fonte: elaboração própria, apud Queiroz et al (2010) estudo comparativo entre o programa bolsa família no Brasil e o programa oportunidades no México- a partir dos dados da PNAD 2008 e CONEVAL 2009. * Para o Brasil considerou-se aqueles sem contribuição para o Instituto de Previdência enquanto no México são pessoas sem acesso à saúde. **NE= Não existe

Mas no que diz respeito à seguridade social, a situação se mostra menos precária no Brasil com 50,7% dos chefes de domicilio sem previdência social, enquanto no México o indicador apresenta 92,3%. Em relação à porcentagem de pessoas maiores de 15 anos com primário incompleto, a situação do Brasil é de 69,7% sendo pior que a do México com 41,7%. Os dois países, tanto em termos populacionais como econômicos, são de grande importância para a América Latina, porém destacam-se pela alta concentração de renda. (QUEIROZ ET AL 2010).

O nível de escolaridade reflete diretamente na taxa de desemprego[8], um estudo feito por Proni e Moretto (2012), entre os anos 2004 a 2010, aponta que pessoas com menor escolaridade são mais propensas a aceitar empregos informais. Segundo os autores, no México, homens com maior escolaridade têm menor probabilidade de ficarem sem emprego, já as mulheres não seguem esta proporção, sendo maior a incidência de pessoas desempregadas entre elas do que entre os homens. Com os brasileiros essa diferença diminui, os jovens entre 18 a 24 anos que possuem maior nível de escolaridade, são os mais afetados, devido à grande dificuldade de conseguir o primeiro emprego ou de se manter ocupado.

O desemprego seguia a taxas decrescentes desde 2004 na América Latina. Com a crise de 2008 sua taxa aumentou no ano seguinte, caindo em 2010, estando entre os problemas mais evidentes dessa região. Proni e Moretto apud IBGE (2012) ressaltam que a população brasileira encontrava-se em 7,7 milhões de desempregados no final de 2008, 7,9% de sua mão de obra, porém em 2009 essa porcentagem retornou ao patamar anterior à crise. Ainda assim, sua taxa de desemprego e situação econômica não foi tão grave nesse período quanto à do México.

A economia mexicana sofreu para se recuperar da crise de 2008, devido à restrição de expansão dos gastos públicos, sua dependência dos EUA e a queda da atividade econômica, seu nível de desemprego passou de 4,8% no ano de 2007 para 6,6% em 2009 e continuou alto em 2010. Além dos desempregados não encontrarem trabalhos formais suficientes e se ocuparem com atividades informais, sua grande migração de trabalhadores para os Estados Unidos e empresas de fronteira deste mesmo país, se beneficiam da mão de obra barata. O México para fugir da crise realizou políticas inicialmente de austeridade fiscal [para controlar o déficit fiscal] e monetária expansionista em 2009; já o governo brasileiro aderiu a políticas anticíclicas que evitassem o aprofundamento da recessão, e medidas que recuperassem o nível de liquidez do país. (PRONI; MORETTO, 2012).

[8] De acordo com Proni e Moretto (2012), em "O Problema do Desemprego no Brasil e no México (2008-2001)", publicado nos Cadernos PROLAM/USP Ano II, Vol. 2,p. 113– 135.

Baseando-se na fonte de renda do trabalho, seguridade social, Programas de Transferência Condicionada de Renda e entre outros rendimentos, Soares et al (2007), realiza uma comparação da desigualdade da distribuição da renda familiar per capita (vista na tabela 4), entre o final do século XX e inicio do século XXI. Houve uma queda na desigualdade de renda, nos anos de 1995 e 2004 no Brasil, e de 1996 e 2004 no México obtendo uma diminuição no coeficiente de Gini de 2,7 pontos, entre a população brasileira o índice caiu aproximadamente 2,8 pontos.

TABELA 4. Coeficiente de Gini e sua decomposição em índices de concentração e pesos relativos de cada fonte de renda

Coeficiente de Gini	**Fonte de renda**	**Brasil**		**México**	
		1995	2004	1996	2004
Gini	**Total**	**0.5985**	**0.5711**	**0.5374**	**0.5103**
Coeficiente de concentração	Trabalho	0.5943	0.5633	0.5420	0.5080
	Seguridade	0.5858	0.6118	0.5646	0.6320
	Outros	0.7422	0.6206	0.4764	0.5264
	PTCR		-0.5271		-0.4855
Peso na renda total	Trabalho	0.8204	0.7260	0.8906	0.8600
	Seguridade	0.1425	0.2270	0.0298	0.0501
	Outros	0.0371	0.0419	0.0795	0.0844
	PTCR	0.0000	0.0051	0.0000	0.0055
Contribuição à desigualdade total	Trabalho	0.4875	0.4090	0.4827	0.4369
	Seguridade	0.0835	0.1389	0.0168	0.0317
	Outros	0.0275	0.0260	0.0379	0.0444
	PTCR		-0.0027		-0.0027

Fonte: elaboração própria, apud Soares et al (2007) Programas de Transferência Condiciona de Renda (PTCR), no Brasil, Chile E México: impactos sobre a desigualdade- a partir da PNAD(1995, 2004); Enigh (1996, 2004).

A tabela 4 mostra o antes e o depois da implantação dos PTCRs, para o Brasil e o México, através dos coeficientes de concentração de cada tipo de renda e o peso de cada coeficiente na renda total. De acordo com Soares et al (2007), o produto do peso e do coeficiente de concentração fornece a contribuição completa de cada renda para a desigualdade total, e quando dividir esse produto pelo coeficiente de Gini o resultado estará na contribuição, em percentual, dessa fonte para a desigualdade total. Quando a renda contribui para aumentar a desigualdade, o coeficiente de concentração será maior que o coeficiente de Gini, e vice-versa. Tanto no Brasil como no México, houve uma diminuição do peso da renda do trabalho, que está vinculada a uma elevação do peso da renda da seguridade social.

Segundo a tabela 4, as transferências de renda formadas pela seguridade social e os PTCRs, são a segunda principal fonte de renda nos dois países, em primeiro lugar, mesmo com uma redução com o passar dos anos, está o trabalho com 86% no México e 72,6% no Brasil em 2004.

Para Cotta (2009), o Brasil possui um nível alto de desigualdade de renda e pobreza, de acordo com o PNAD (2007) 11,5% da população encontrava-se em situação de extrema pobreza e 30,3% em situação de pobreza. Entre 2001 e 2007, em virtude do crescimento substancial da renda dos mais pobres, esses valores declinaram, porém, a desigualdade na distribuição da renda per capita continuou elevada. O México, assim como o Brasil, é considerado um país de desenvolvimento econômico mediano e também com alto nível de desigualdade de renda e pobreza. Por isso, o público-alvo dos Programas de Transferência de Renda Condicionada e Programas de Combate a Pobreza, são os cidadãos que se enquadram no nível de pobreza de capacidades e alimentar.

Para Mattei (2009), a América Latina não construiu um Estado de bem-estar social, como é visto nos países europeus, seu futuro ainda não é confiável em relação à pobreza e a fome, pois os índices ainda são elevados e a proteção social pequena. Em consequência disto, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a ação "América Latina e Caribe Sem Fome 2025", com a intenção de reforçar e monitorar a utilização de políticas públicas para que se elimine a fome até 2025, focando em um melhor nível de bem-estar social.

Cotta (2009) apud ENIGH - *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares* relata que em 2006, 14,4 milhões de mexicanos viviam no nível de pobreza alimentar, sem renda para a cesta básica, e um número maior de 44,7 milhões sobreviviam em situação de pobreza de patrimônio; destes, 9,4 milhões residiam na zona rural e 5 milhões em zonas urbanas. Segundo o autor, para diminuir o número de indivíduos em situação desfavorável, na disputa pelas necessidades sociais, são criadas políticas para reduzir a desigualdade de renda, buscando compensar a população que sofre com esse tipo de desvantagem, para que possam competir pelos recursos sociais de maneira mais igualitária, no intuito de obter oportunidades iguais para todos.

Costa (2015), utilizando-se dos dados do *Credit Suisse Global Wealth*, relata que a concentração de rendimentos mundial em 2015 atingiu níveis tão preocupantes quanto àqueles vividos antes da I Guerra Mundial, a metade mais pobre obtém menos de 1% da riqueza global avaliada em 250,1 trilhões de dólares, enquanto o décimo mais rico detém aproximadamente 90% deste valor, e a elite 50% deste último. Além de outras variáveis, uma

parcela da concentração recente está relacionada à desvalorização das moedas diante do dólar, a lenta recuperação da crise de 2008 e a falta de políticas mais eficientes.

O *Credit Suisse* (2015) apresenta a sociedade mundial cada vez mais distante das condições presenciadas pelas nações desenvolvidas durante o pós-guerra e mais íntima do modelo medieval. Pois o acumulo de rendimentos, recentemente, vem aumentando na mão da elite e dos mais ricos, enquanto os demais ficam mais pobres. (COSTA, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de renda nas economias do Brasil e do México é algo incontestável, no entanto, não podemos deixar de admitir que o governo de ambos os países tenha se esforçado, desde o início do século XIX, para diminuí-la. Levando em consideração que o rendimento pessoal é para usufruir de bens e serviços nas economias modernas, sendo difícil atender todas as carências de um cidadão de baixa renda.

No Brasil a desigualdade de renda apresentou uma constante queda a partir de 2001. As transferências públicas têm desempenhado um papel importante para a redução da disparidade e da pobreza, pois ao diminuir a concentração de renda, as mesmas propiciam melhores condições de vida àqueles que vivem à margem da sociedade. Destaca-se também, a questão dos rendimentos do trabalho que apresentou um declínio fazendo com que as diferenças de salários se estreitassem, e que foi proveniente de vários fatores como: efeito preço, aumento salário mínimo real, aumento da demanda por trabalho, e também da redução da discriminação e da segmentação do mercado de trabalho.

No México, a predominância dos programas de transferência de renda, iniciado nas áreas rurais com o PROGRESA e que posteriormente sofreu alterações e ampliou o seu alcance passando a se chamar de *Programa Oportunidades*, é um dos fatores que tem impactado para redução da desigualdade, uma vez que o mesmo possui grande abrangência. Desde a sua ampliação em 2002, o *Programa Oportunidades*, tem cumprido a importante tarefa de reduzir a pobreza e a extrema pobreza das famílias mexicanas.

Para Padilla (2009), o México ainda precisa realizar maiores políticas, como esta, para obter resultados mais rápidos, a outra fração da redução de sua pobreza no inicio do século XXI deve-se ao progresso e o crescimento populacional, ao maior acesso aos estudos, e ao aumento da qualificação profissional.

Apesar de conseguirem reduzir suas desigualdades e serem considerados importantes países em termos populacionais e econômicos para a América Latina, o Brasil e o México ainda caracterizam-se como países de alta concentração de renda.

REFERÊNCIAS

ALONSO, María de Lourdes flores. *La Medición de la Pobreza em México.Centro de EstudiosSociales y de Opinión Pública.* [s.l] 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENCONÇA, Rosane. *A Queda Recente da Desigualdade de renda no Brasil*. Brasília, IPEA, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Desigualdade de Renda no Brasil*: *Uma Análise da Queda Recente.* O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. In: R. P. Barros; M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.). Vol. 2. Brasília. IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de, FRANCO, Samuel e MENDONÇA, Rosane. *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente.* Discriminação e Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Renda no Brasil. In: R. P. Barros; M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.).Vol. 2 Brasília. IPEA, 2007.

CASTRO, Rafael Santos. *Efeitos da Desigualdade de Renda Sobre o Crescimento Econômico no Brasil*: Uma Análise Não-Linear. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. Informe de Evaluación de la Política de Desarrollo Social en México 2012. México; DF: CONEVAL, Nov. 2012.

CORTÉS, Fernando. *Desigualdad económica y poder en México.* México, DF: CEPAL, mar. 2011.

COSTA, ANTÔNIO LUIZ M.C. No Mundo de Os Miseráveis. *Carta Capital*, p.22-28, 15 out. 2015.

COTTA, Tereza Cristina Silva. *Visões de Proteção e Transferências de Renda Condicionadas no Brasil e no México*. 2009. 350 f. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da; AMBROZIO, Antonio Marcos Hoelz; PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage de; NASCIMENTO, Marcelo Machado. *A Economia Brasileira:* Conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro, [S.l], 2012.

ELIZALDE et al, María Del Rosário Cárdenas. *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social*. *Informe de Evaluaciónde la Política de Desarrollo Social en México 2014.*México, DF:CONEVAL, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Desigualdade de Renda no Brasil*: uma análise da queda recente. Brasília: Vol.1. IPEA, ago. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em mai. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Desigualdade de Renda no Brasil*: uma análise da queda recente. Brasília. Vol.2. IPEA, ago. 2007. (Apresentação). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em mai. 2015.

INSTITURO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Previdência e Assistência Social*: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos estados. N° 59. IPEA, julho. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em setembro. 2015.

INSTITURO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE.* N° 159. IPEA, out. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em setembro. 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda, medidas de desigualdade e pobreza.* Capítulo 3. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998.

MATTEI, Lauro. *Desenvolvimento Brasileiro no início do século XXI*: Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental. Pp. 32-47, [S.l] 2011.

MATTEI, Lauro. *Notas sobre programas de Transferência de renda na América Latina.* N°10. Santa Catarina: Florianópolis, 2009.

MATTEI, Lauro. *Políticas Públicas De Combate À Fome Na América Latina:* evidências a partir de países selecionados. Pp. 85-101, Vol. 21. São Paulo: jan/jun 2008.

MEDEIROS, Marcelo; Souza, Pedro H. G. F; Castro, Fabio Ávila. *A Estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012*: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares, [S.l] 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; Departamento de Promoção Comercial e Investimentos; Divisão de Inteligência Comercial. Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior. Como Exportar México. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome;* Bolsa Família. Brasília. MDS, jul. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em setembro. 2015.

NETO, João Hallak; SABOIA, João. *Distribuição Funcional Da Renda No Brasil:* Análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. Economia Aplicada, v. 18, n. 3, pp. 483-513, Mai. 2014.

NISHI, Lisandro Fin. *Coeficiente de Gini:* uma medida de distribuição de renda. Universidade do Estado de Santa Catarina; escola superior de administração e gerência departamento de ciências econômicas. Florianópolis, SC, 2010.

O que é?–Índice de Gini. IPEA, Desafios do desenvolvimento, por Andréa Wolffenbüttel. Ano 1, edição 4, 2004. Disponível em <www.desafios.ipea.gov.br>. Acesso em jun. 2015.

ORGANIZAÇÃOPARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Índice para uma Vida Melhor, versão em português criada com o apoio da FGV PROJETOS. 2015.

PADILLA, Enrique Casais. *Políticas Económicas Y Pobreza: México 1982-2007.* 2009. 484f. Tese (Doutorado em Economia Internacional e Desenvolvimento) Faculdade de Ciência Econômicas e empresariais, *Universidad Complutense De Madrid,* 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt; MORETTO, Amilton J. *O Problema do Desemprego no Brasil e no México (2008-2001).* Cadernos PROLAM/USP Ano II, Vol. 2, p. 113– 135. 2012.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; PEREIRA, Júlia Modesto Pinheiro Dias. *Estudo comparativo entre o Programa Bolsa Família no Brasil e o Programa Oportunidades no México*. São Paulo, 2010.

SANTOS, Giselli Caetano dos; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *Pobreza Conceitos, Mensuração e Enfrentamento no Brasil*. Universidade Federal do Maranhão. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, Maranhão, Brasil, Ago. 2011.

SANTOS, Sammya Danielle Florêncio dos; OLIVEIRA, Sônia Selene Baçal de. *Transferência de Renda, Pobreza e Educação*: estudo comparado entre o Programa Oportunidades (México) e o Programa Bolsa Família (Brasil*).* Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, Maranhão, Brasil, ago. 2013.

SANT'ANNA, Julia; SILVA, Fabricio Pereira. Esquerdas latino-americanas e gasto social: há coerência entre propostas e práticas? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 150-178, jan.-jun. 2008

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Revista de Políticas Públicas.* Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina. Vol.13, n.2. São Luiz, julho, 2009.

SOARES, Sergei; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Fábio Veras; MEDEIROS, Marcelo; ZEPEDA, Eduardo. *Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México*: Impactos sobre a desigualdade. (Texto para Discussão, n.1293). Brasília. IPEA, jul. 2007.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael Guerreiro. *Programas de Transferência de Renda no Brasil*: impactos sobre a desigualdade. (Texto para Discussão, n. 1228). Brasília. IPEA, out. 2006.

SOARES, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre2001 e 2004. (Texto para Discussão, n. 1.166).Brasília. IPEA, 2006.

SZÉKELY, Miguel. *Pobreza y Desigualdaden México entre 1950 y el 2004.Documentos de Investigación.* N° 24. México. Secretaria de Desenvolvimento Social, jul. 2005.

ULYSSEA, Gabriel. *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente.* Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos no Brasil: Uma

Análise Empírica. In: R. P. Barros; M. N. Goguel e G.Ulyssea (orgs.). Vol. 2. Brasília. IPEA, 2007.